

# A QUEDA DA MONARQUIA – O COMBATE DE LISBOA DE 4-5 DE OUTUBRO DE 1910<sup>1</sup>

Abílio Pires Lousada

## Introdução

No início do século XX, a estrutura superior das Forças Armadas (Exército e Marinha), mantendo obediência à Constituição e lealdade ao Chefe de Estado, acompanhou a degradação das instituições do País e repudiou veementemente o Regicídio na pessoa de D. Carlos, assistiu à política de “acalmção” régia de D. Manuel II e inquietou-se com o evoluir do fervor revolucionário que campeava na sociedade portuguesa através das sociedades secretas e, assim, não é de admirar que o confronto político entre os partidos que suportavam a Monarquia e o Partido Republicano Português encontrasse a Instituição Militar alheada desse trânsito entre dois regimes e duas ideologias políticas, que culminou nas ruas de Lisboa com uma insurreição armada que mudou o Regime.

As causas do 5 de Outubro foram eminentemente políticas, tanto a nível externo como interno: no primeiro caso, sobressai o *Ultimatum* inglês, que deu ao Partido Republicano argumentos de alternativa à Monarquia; no segundo, decorrem da «falência» política do sistema de governo rotativo da Monarquia, da falta de entendimento parlamentar dos partidos monárquicos, da inabilidade política do Trono em lidar internamente com a política africana e do Regicídio de D. Carlos.

Em 5 de Outubro de 1910 a Monarquia foi derrubada através de uma acção de força desencadeada por elementos afectos ao ideal republicano. A acção, desenvolvida a partir da madrugada do dia anterior e preparada nas semanas precedentes, teve Lisboa como palco das operações, ocorrendo a decisão do confronto entre as forças monárquicas e as republicanas no eixo Rotunda-Rossio-Terreiro do Paço. No campo monárquico, o centro de gravidade da resistência assentou na 1.<sup>a</sup> Divisão do Exército, aquartelada no Rossio, e na Guarda Municipal de Lisboa, com quartel-general no Carmo, enquanto do lado republicano a operação foi comandada pelo oficial de Marinha Machado Santos e desenvolvida, maioritariamente, por sargentos e praças da Marinha e do Exército e civis armados, a maioria pertencentes à Carbonária, que contaram com o apoio de vasos de guerra fundeados no Tejo.

Atendendo ao diferencial de forças presentes na contenda, claramente favoráveis à Monarquia, impõem-se duas questões: **como e porque soçobrou a Monarquia?**

---

<sup>1</sup> In XI Colóquio de História Militar: “Cem anos do regime republicano. Políticas, rupturas e continuidades” – Actas. Comissão Portuguesa de História Militar. Lisboa. 2010.

## 5 de Outubro – uma Revolução?<sup>2</sup>

Invariavelmente, os acontecimentos ocorridos em Lisboa e que conduziram à queda da Monarquia surgem identificados como revolução, assumindo a participação popular um cunho de primazia que emprestou legitimidade incontestada ao processo.

Acontece que uma análise mais atenta sobre o conceito de revolução dificilmente o justifica. Uma Revolução é um levantamento popular súbito, não planeado e incontrolado, que surge num determinado contexto político-social. Numa revolução as massas populares manifestam-se “ruidosamente”, movimentam-se e, então, surgem lideranças que enquadram o fervor revolucionário na procura de explorar as oportunidades que se apresentam, orientar as movimentações e assumir os resultados. Como veremos, o «5 de Outubro» não nasceu de geração espontânea, nem foi provocado pelo povo que, na verdade, se limitou acompanhar as movimentações de rua. Aos civis presentes no processo dificilmente se pode colar o epíteto de povo, pois a sua representatividade assenta em carbonários intimamente ligados à acção de ruptura, cabendo a elites políticas republicanas o ónus da intenção e do benefício.

Também não é uma Revolta Militar, atendendo que consiste num levantamento militar em larga escala e que actua com a intenção de derrubar a autoridade de Estado constituída. Como já vincámos, o Exército e a Marinha, enquanto instituições nacionais, não foram protagonistas nos acontecimentos da Rotunda e a acção de força desencadeada pelos republicanos decorreu num ambiente difuso e de anarquia generalizada. Acresce que as forças militares presentes do lado republicano são escassas, tanto da Marinha como, sobretudo, do Exército, cingidas a oficiais de escalões intermédios e uma base mais alargada de sargentos e praças, a maioria da Marinha e com ligações à Carbonária.

Relativamente à Subversão, permite uma melhor aproximação conceptual, enquanto técnica de assalto ou de desestabilização dos poderes formais para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o poder em exercício, o que não significa que a tomada de poder seja invariavelmente o estado final desejado.

O mesmo acontece com o Golpe de Estado, acção clandestina levada a efeito por um grupo elitista restrito, sem envolvimento das massas, que visa a tomada célere do poder mediante a ocupação de posições-chave e a neutralização de personalidades importantes,

---

<sup>2</sup> Para a conceptualização apoiamo-nos nas seguintes obras: Abílio Pires Lousada, *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal 1820-1975*, Lisboa, Prefácio, 2007; Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso*, Vol. I, Lisboa, IAEM, 1988; António de Sousa Lara, *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa, ISCSP, 2007; Estado-Maior do Exército, *O Exército na Guerra Subversiva. Regulamento*, I Generalidades, Lisboa, 1966a; Francisco Proença Garcia, *Análise Global de uma Guerra. Moçambique 1964-1974*, Lisboa, Prefácio, 2003.

mesmo que os preparativos sejam demorados. Face ao referido, o “5 de Outubro” pode ser visto como uma agitação subversiva conducente a um golpe de Estado, atendendo ao carácter atípico do processo.

Assim, assumimos a acção de ruptura como uma Insurreição Armada, ou seja, uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder formal constituído.

### **“Verão Quente” de 1910. Contagem de Espingardas**

*“Estamos sobre um vulcão. Prendi vários  
homens das associações secretas, podia prender  
mil. Já ninguém salva isto”*

Juiz de Instrução Veiga Beirão

A partir de 1906, quando os republicanos pretendiam explicitamente substituir-se à Monarquia como poder, as simpatias sociais dos dois campos eram conhecidas: no monárquico sobressaíam a hierarquia administrativa, o clero, os proprietários, os oficiais de casta do Exército, a gente das províncias e a alta burguesia das cidades; no republicano, elites intelectuais, jornalistas, estudantes, sargentos, elementos da Marinha, pequenas classes médias urbanas e o operariado<sup>3</sup>.

Mas, os republicanos contavam também com a postura insidiosa da Maçonaria e o comportamento niilista da Carbonária.

A Maçonaria era uma organização secreta cujos membros, figuras proeminentes da sociedade, se tratavam por irmãos e se reuniam em Lojas, onde se debatia filosófica e esotericamente os problemas da sociedade. O ideário republicano foi de tal forma sendo absorvido pela Maçonaria que, no início do século XX, existia uma ligação estreita, para não dizer quase fusão, entre a Maçonaria e o Partido Republicano, com o Partido a ser enquadrado por um grupo elitista esotérico<sup>4</sup>.

Quanto à Carbonária, também uma organização secreta, criada em Portugal no final do século XIX por elementos da Maçonaria, era menos elitista e mais operacional, os seus membros reuniam-se em Choças e tratavam-se por primos, constituindo o «exército» dos republicanos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

<sup>4</sup> A. H. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

<sup>5</sup> José Brandão, *Carbonária. O Exército Secreto da República*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1984.

Os conspiradores republicanos sabiam da necessidade em convencer oficiais superiores das Forças Armadas a anuírem a uma revolta militar que, a acontecer, permitiria uma mudança de regime rápida, conclusiva e credível. Porém, o corpo de oficiais permanecia indiferente, absorto no seu *status* institucional e abominando a degradação partidária do País<sup>6</sup>. Isto significava que a hierarquia militar nem se converteu aos republicanos, nem estava disposto a lutar pela defesa de um regime decrépito, limitando-se a acompanhar o desenrolar da situação. Esta realidade era ainda mais evidente no Exército. Tanto que D. Manuel não alcançou com os oficiais os laços de fidelidade que existiram com D. Carlos<sup>7</sup>, apesar de acreditar na solidez do braço armado do Estado para debelar eventuais sublevações populares

Erradamente, como comprovaram os acontecimentos.

Em boa verdade, o 5 de Outubro foi possível devido ao falhanço do «movimento africanista», em finais do século XIX. Este «movimento», de que fizeram parte militares da estirpe de Mouzinho de Albuquerque, Alves Roçadas, Caldas Xavier, Pereira d'Eça, Paiva Couceiro, Gomes da Costa, Martins de Lima, Van Zeller e Pinheiro Chagas, propuseram a D. Carlos uma reforma do Regime, mediante a fórmula de um Governo Militar afastado dos partidos políticos e tutelado por D. Carlos<sup>8</sup>. Este, no entanto, protelou a intenção, apostando na Ditadura de João Franco. Depois do regicídio, D. Manuel não só ignorou o projecto político dos africanistas, ostracizando-os, como afrontou os franquistas, situação que originou o corte na «dupla» Monarquia-Exército. Não obstante, o Monarca chegou a convencer-se do contrário quando, após assistir a manobras militares no Buçaco, comemorativas do centenário da batalha, em 27 de Setembro de 1910, proclamou: - “*«hoje conquistei o Exército»*». Na verdade, o Rei tornara-se ambíguo, perdeu a estima da direita conservadora e não obteve a consideração da esquerda anti-monárquica, constatação que se tornou óbvia com a nomeação do Liberal Teixeira de Sousa para a chefia do Governo<sup>9</sup>. A verdade é que a política de acalmação consumou, de forma velada, o que os regicidas começaram com o acto terrorista do Terreiro do Paço. A este respeito, é oportuno o comentário por carta do rei Jorge VI ao marquês de Soveral:

“*Que país é este onde matam um Rei e um Príncipe e a medida que se toma é demitir o Ministério? A revolução triunfou, não é verdade?*”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. Revolução de 1910*, Lisboa, Dom Quixote, 1976.

<sup>7</sup> Rocha Martins, *João Franco e o seu Tempo*, Lisboa, (s/d).

<sup>8</sup> Abílio Pires Lousada, *ob. cit.*

<sup>9</sup> Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, 6.º vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>10</sup> Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e a Rainha. Advento da República. Restauração da Monarquia?*, Lisboa, Prefácio, 2006.

Entretanto, carbonários infiltravam-se nos quartéis e unidades de Marinha, através de sargentos e praças, e davam provas da sua força e capacidade de mobilização com “desfiles” nas ruas da capital<sup>11</sup>. Lisboa vivia, portanto, mergulhada num ambiente de conspiração política e de anarquia social. De tal maneira que após o verão de 1910 ocorriam insistentes rumores de um golpe de Estado conservador, do mesmo modo que se previa a possibilidade de uma revolução republicana; por isso “*no princípio do Outono (...) apesar de continuarem a falar de um golpe, os militares conservadores hesitavam em defender uma monarquia que preferia rodear-se dos seus inimigos*”<sup>12</sup>. Daí a passividade do corpo de oficiais quando eclodiu a insurreição republicana. De tal forma que muitos deles se deixaram prender, sem resistência, nas unidades e em casa, quando os carbonários, sargentos e praças actuaram em 5 de Outubro.

Foi nesta conjuntura que, na noite de 3 para 4 de Outubro de 1910, eclodiram os acontecimentos. A data escolhida para a insurreição não foi fortuita. A 4 de Outubro os vasos de guerra fundeados no Tejo iriam ser deslocados para fora da barra, sendo imprescindível ocupar esses dissuasores meios bélicos e aproveitar a «mão-de-obra» mais fiel e determinada que os guarneciam – os marinheiros<sup>13</sup>.

Os mentores da Insurreição foram o Doutor Miguel Bombarda, membro do Directório do Partido Republicano, enquanto líder civil, o Engenheiro António Maria da Silva, orientador da carbonária, o Almirante Cândido dos Reis, como chefe militar, e o Comissário Naval Machado Santos comandante operacional. Todos eles eram republicanos indefectíveis, «obreiros» da Maçonaria e, exceptuando o primeiro, membros da Carbonária. Como se constata, a tríade Partido Republicano-Maçonaria-Carbonária esteve presente na génese da Insurreição: o Partido, como orientador político e fiel depositário do seu desenlace, a Maçonaria como organização congregadora das várias sensibilidades e a Carbonária como órgão agitador e de acção<sup>14</sup>.

Ao nível da participação militar, a Marinha marcou presença no âmbito das várias categorias hierárquicas, aliciada pelo Almirante Cândido dos Reis, a participação do Exército cingiu-se, sobretudo, a sargentos e a praças, que demonstraram uma forte determinação, em

---

<sup>11</sup> M. Borges Grainha, *História da Franco-Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Veja, (s/d).

<sup>12</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*

<sup>13</sup> Relativamente ao grau de participação e importância da Marinha na Insurreição aconselha-se: Carlos Manuel Valentim, *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2010.

<sup>14</sup> Abílio Pires Lousada, *ob. cit.*

contraste com a passividade da maioria dos oficiais. O envolvimento de civis resumia-se, praticamente, aos carbonários.

O Plano de Operações republicano, elaborado em Setembro de 1910 pelo Almirante Cândido dos Reis e o General Encarnação Ribeiro, tinha Lisboa como único teatro de operações, prevendo o início da acção para a 1h da madrugada do dia 4 de Outubro, através de um sinal de 31 salvas dado por um dos cruzadores fundeados no Tejo. Os objectivos eram três: 1) a ocupação do Rossio, onde estava instalado o Quartel-General da 1.<sup>a</sup> Divisão; 2) a conquista do Palácio das Necessidades, onde estava a «corte» de D. Manuel II; 3) o controlo do Carmo e neutralização da Guarda Municipal, onde estava sediado o seu Quartel-General.

Nas forças terrestres, os apoios tidos como certos eram os Regimentos de Infantaria 16 (Campo de Ourique) e 5 (Largo da Graça), o Batalhão de Caçadores 5 (Castelo de S. Jorge), o Regimento de Artilharia 1 (Campolide) e o quartel de Engenharia (Sapadores). Na Marinha, davam garantias de apoio o Quartel de Marinheiros (Alcântara) e os cruzadores «Adamastor» e «S. Rafael».

Como forças opositoras, estavam identificados o Regimento de Infantaria 1 (Ajuda), o Regimento de Cavalaria 4 (Ajuda), o Grupo de Artilharia a Cavalo (Queluz) e a Guarda Municipal (Carmo).

Em suspenso permanecia a possibilidade de sublevação dos Regimentos de Infantaria 2 (Penitenciária – R. Marquês de Fronteira), o Batalhão de Caçadores 2 (R. das Janelas Verdes) e a tomada do navio ‘D. Carlos’.

Assim, os «revolucionários», com o centro de operações em Banhos de S. Paulo, na rua da Esperança, preconizavam um ataque simultâneo ao Rossio, que devia ser ocupado pelo Regimento de Infantaria 5 e o Batalhão de Caçadores 5; a tomada das Necessidades, por forças daquelas unidades apoiadas por elementos de Infantaria 16 e baterias da Artilharia 1, precedida por bombardeamentos navais a partir do Tejo; a neutralização da Guarda Municipal competia ao Regimento de Infantaria 2 e/ou Batalhão de Caçadores 2, também apoiadas por elementos de Infantaria 16 e baterias da Artilharia 1. Aos marinheiros competia o dobre de finados da resistência monárquica, através da sublevação do Quartel de Marinheiros e do desembarque no Terreiro do Paço, chefiados pelo Almirante Cândido dos Reis.

O Plano era complementado com «um anexo» de Operações da carbonária, gizado por Simões Raposo, membro da Comissão de Resistência da Maçonaria. De acordo com o «anexo», Lisboa seria dividida em sessenta zonas, cada uma guarnecida por grupos de 16 revolucionários civis (carbonários), armados com bombas, pistolas automáticas e meios de

transmissões<sup>15</sup>. A missão destes era impedir a reacção coordenada das forças da Guarda Municipal (papão das revoluções), fazendo uso de bombas artesanais (a denominada artilharia civil), apoiar a sublevação dos quartéis, interromper as comunicações telegráficas e telefónicas das forças do regime, servir de veículo de transmissão de ordens do movimento e tomar os arsenais e os depósitos de armas, para armar e municiar as forças<sup>16</sup>. No fundo, à Carbonaria competia fazer de Lisboa uma zona de «quarentena», isolada do resto do País.

Por seu lado, a Monarquia tinha um plano contra-revolucionário elaborado pelo Coronel José Joaquim de Castro, Chefe de Estado-Maior da 1.<sup>a</sup> Divisão, datado de 1909, que não previa um levantamento no seio militar, convencida que estava, por um lado, da fidelidade militar ao rei e, por outro, que as conspirações se cingiam a grupos civis, como a Maçonaria e a Carbonária. Ou seja, o Regime esperava uma “*revolução popular, como no 28 de Janeiro*” de 1908<sup>17</sup>. Assim, em caso de uma intentona republicana, previa-se: 1) a ocupação do Rossio com o Regimento de Infantaria 5 e o Batalhão de Caçadores 5; 2) a protecção das Necessidades por tropas de Infantaria 1 e 16, de Caçadores 2 e Lanceiros; 3) a utilização dos Regimento de Infantaria 2, Regimento de Cavalaria 2 e da Guarda Municipal para “*varrer as ruas*”<sup>18</sup>. Impedir o acesso dos insurrectos ao centro de Lisboa era a pedra de toque do Plano.

Acontece que a insurreição envolveu algumas unidades do Exército e da Marinha, tinha baterias de Artilharia e contou com elementos das unidades constantes do Plano contra-revolucionário, o que bastou para que a hesitação inicial e o desnorte na condução das operações tomassem conta do comando da 1.<sup>a</sup> Divisão, a cargo do General Manuel Rafael Gorjão Henriques.

---

<sup>15</sup> Armando Ribeiro, *A Revolução Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, João Romano Torres e Comp., (s/d).

<sup>16</sup> Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, (Relatório), Lisboa, Papelaria e Typographia Liberty, 1911.

<sup>17</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*

A prática política de João Franco motivou a linha «dura» republicana, em conluio com a Maçonaria, a Carbonária, sargentos do Exército e militares da Marinha, a encetar uma tentativa de golpe revolucionário para derrubar a Monarquia, ocorrida três dias antes do regicídio. Contudo, a conjura foi descoberta e os seus mentores presos, casos de Afonso Costa, António José de Almeida, Egas Moniz, João Chagas e Luz Almeida, entre outros. Mas isso não impediu que o movimento fosse para a rua, acabando sufocado pelas forças do Regime.

<sup>18</sup> Vasco Pulido Valente, *ob cit.*

## O Combate de Lisboa

*“Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que as forças do meu comando acampadas na Rotunda da Avenida, venceram as tropas monárquicas, nos dias 4 e 5 de Outubro”*

2.º Tenente Machado Santos

O Plano do Almirante Reis sofreu críticas, nomeadamente de Machado Santos, que via a repartição das forças por três objectivos simultâneos como vulnerabilidade, entendendo que o ataque ao Rossio era um risco, pelo menos enquanto não fosse adquirido que os Regimentos de Infantaria 5 e de Caçadores 5 actuariam sem constrangimentos.

Por isso, o Comissário Naval achava que o Plano alternativo do Capitão Afonso Palla era mais equilibrado, que preconizava: *“defender os altos da Graça, Monte e Penha de França, estendendo a direita até ao Forte de Sacavém e a esquerda até ao rio Tejo”*<sup>19</sup>. O ataque era para concretizar através de duas colunas, compostas por forças de Infantaria 16 e Artilharia 1, uma em direcção a Oeste, onde se juntariam contingentes de Infantaria 2 e de Caçadores 2 para assaltar as Necessidades, e outra com destino à Baixa, apoiada por elementos de Infantaria 5 e de Caçadores 5, para ocupar o Carmo.

Para Machado Santos tornava-se evidente que o Rossio, centro de gravidade militar do Regime, era um local a evitar, pelo menos numa primeira fase. E, assim, não por acaso, abandonou a reunião quando esta ainda decorria, tomando em mãos a acção.

A verdade é que o Plano de Operações não resistiu, de todo, à marcha dos acontecimentos, começando e acabando numa imprevista desordem<sup>20</sup>. De facto, as salvas dos cruzadores não se verificaram, ao mesmo tempo que o pressuposto inicial de adesão do Regimentos de Infantaria 5, Caçadores 5 e Engenharia não se tornou um facto consumado. O mesmo aconteceu, de resto, com os Regimentos de Infantaria 2 e de Caçadores 2, situação agravada pela incapacidade dos carbonários se apoderarem do arsenal do Exército. Ao saber destas ocorrências, o Almirante Cândido dos Reis julgou tudo perdido e suicidou-se, cerca das 06 horas do dia 4, numa altura em que os combates se agudizavam; entretanto, num acontecimento fortuito, Miguel Bombarda foi assassinado, poucas horas antes, por um doente mental, seu paciente.

Então, quando o movimento saiu para a rua, os líderes civil e militar estavam mortos. Quanto aos dirigentes do Partido Republicano, que aguardavam o desenrolar dos

---

<sup>19</sup> Machado Santos, *ob. cit.*

<sup>20</sup> Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*

**“Batalha de Lisboa”**  
4-5 Out 1910.  
**Esquema Geral**

RI 1 - RL 2  
RC 4 - RA Queluz

RA 1

RI 16

Palácio Real

Quartel Marinheiros

BCç 2

Q. Sapadores

Q. 1ª Divisão

Q. Guarda

Q. Republicanos

Arsenal Marinha

Arsenal Exército

Cruzadores

Legenda

- Forças Monárquicas
- Forças Republicanas

*Croqui do Combate de Lisboa. Adaptação do autor.*

É neste contexto que emerge a figura de Machado Santos, que tomou o controlo da Insurreição. Pelas 00h45 do dia 4 de Outubro, dirigiu-se com cerca de 50 revolucionários (e 14 armas) ao Quartel do Regimento de Infantaria 16, onde cabos e soldados sublevaram a unidade e o comandante, Coronel Celestino Soares, e um Capitão foram mortos. De seguida, tomou o controlo do Regimento de Artilharia 1, onde os sargentos dominavam a situação, e passou a ser coadjuvado pelos Capitães Afonso Palla e Sá Cardoso. Como previsto, o Quartel de Marinheiros também disponibilizou as suas forças à insurreição, onde o Primeiro-Tenente Ladislau Parreira obteve com o apoio dos marinheiros e de sargentos, que prenderam os oficiais fiéis à Monarquia e feriram o comandante. Os paíóis foram abertos e o armamento e munições distribuídos a civis<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Jaime Ferreira Regalado, *ob. cit.*

confronto, a Guarda Municipal foi dispersa a tiros de artilharia, mas Sá Cardoso viu-se obrigado a inflectir a direcção de marcha e a dirigir-se ao encontro do grupo de Palla, na rua das Amoreiras. Perante o sucedido, os dois grupos ainda pensaram em atacar o Carmo, mas a ideia foi abandonada, o mesmo acontecendo à pretensão de Machado Santos, à frente de efectivos do Regimento de Infantaria 16 e algumas dezenas de carbonários, de rumarem ao Rossio, depois de se saber que o Governo tinha aí concentrado forças de Infantaria 5 e de Caçadores 5.

Foi quando Machado Santos progredia pelas ruas laterais da Avenida e foi atacado por uma carga montada da Guarda Municipal, que resolveu subir a Avenida e barricar-se na Rotunda. Raiava a aurora do dia 4, quando ele, os Capitães Palla e Sá Cardoso, à frente de soldados e sargentos de Infantaria 16 e dos «seus» carbonários e uma bateria da Artilharia 1, se concentraram na Rotunda; a revolta republicana parecia condenada ao fracasso. Efectivamente, nenhum dos objectivos foi conquistado e o povo, ao contrário do esperado, não se revoltou, mostrando “*mais curiosidade do que ardor bélico*”<sup>22</sup>. Acresce que, do outro lado de Lisboa, Parreira, que à frente dos marinheiros marchava em direcção às necessidades, foi barrado, em Alcântara, por forças de Lanceiros 2 e Cavalaria 4. A custo, rompeu o contacto, graças à acção dos anarquistas e carbonários, que desbarataram as forças montadas, causando 50 baixas entre mortos e feridos, mas foi obrigado a regressar ao Quartel. Consequentemente, a força de marinheiros de Alcântara, impedida de se aproximar das necessidades, acabou exilada no próprio quartel, pouco mais constituindo que uma barreira às forças monárquicas<sup>23</sup>.

A instalação de Machado Santos na Rotunda era uma grande contrariedade, pois não se avança para uma acção de força para derrubar um regime escolhendo para o efeito uma posição defensiva. A situação agravou-se quando, ao tomarem conhecimento que as forças monárquicas se preparavam para atacar o alto da Avenida, Palla, Sá Cardoso e muitos dos soldados que os acompanhavam abandonaram a Rotunda, dando a causa perdida. No Quartel de Marinheiros de Alcântara, o Tenente Parreira tinha do seu lado apenas 200 marinheiros e alguns civis revolucionários e, ao saber da preparação de um ataque ao quartel, pensou abandonar a unidade e refugiar-se na Rotunda com Machado Santos. Em Campolide, o Regimento de Artilharia 1 permanecia suspenso do desenrolar dos acontecimentos.

---

<sup>22</sup> Rui Ramos, *ob. cit.*

<sup>23</sup> Joaquim Romero de Magalhães, *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Livraria Almedina, 2009.

Portanto, às 9 horas da manhã, Machado Santos, que se dispôs a resistir, estava enclausurado numa improvisada posição defensiva na Rotunda, contando apenas com os seus indefectíveis carbonários – 9 sargentos, 200 soldados e uns quantos civis –, 4 cadetes e uma bateria de Artilharia. Mais uma vez, no espaço de escassas horas, tudo parecia irremediavelmente perdido no campo republicano.

Entretanto, como reagiu o Regime ao deflagrar e evoluir da insurreição? Ainda durante o jantar que decorria no Palácio de Belém, na noite de 3 de Outubro, e que contava com a presença de D. Manuel, o presidente do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca (que chegou a Portugal a 1 desse mês), e o Presidente do Conselho de Ministros, Teixeira de Sousa, este toma conhecimento que a revolução está na rua e avisa o Ministério da Marinha, o Comandante da Guarda municipal, Coronel Malaquias de Lemos, e o Comandante de Lanceiros, Coronel Alfredo Albuquerque, também presentes no jantar, que abandonam o palácio sem terem recebido ordens concretas<sup>24</sup>. Decidiu-se que o Rei fosse para as Necessidades, onde fica com 1.000 homens, e Teixeira de Sousa vai para casa com os ministros, em São Sebastião da Pedreira.

As unidades militares que estavam de prevenção e são informadas que uma «revolução» estava em curso, encaram o facto com indiferença, ou seja, anunciava-se mais uma (de muitas) insurreição republicana sem consequências. Em face dos acontecimentos, o General Gorjão, que teve de pensar num plano alternativo ao de 1909, em vez de procurar anular a anarquia subversiva no Quartel de Marinheiros e ocupar com meios navais a margem Norte do Tejo, de forma a isolar os navios que os insurrectos procuravam tomar, concentrou a atenção nas forças que Machado Santos tinha na Rotunda.

Assim, enquanto enviou forças de Lanceiros 2, da Guarda Municipal e o Regimento de Infantaria 2 defender o Palácio das Necessidades, ordenou um ataque contra a posição na Rotunda, em estado de improvisação, que foi efectuado pelas 04h com uma carga montada da Guarda Municipal, a partir da Avenida Fontes Pereira de Melo, que foi rechaçada. Lançou, então, um segundo ataque, já de manhã, através de duas direcções opostas: de Sul, por tropas de Infantaria 2 e Regimentos de Lanceiros, desviadas do Rossio e comandadas pelo Coronel Alfredo Albuquerque; de Norte, pela Bateria a Cavalos de Queluz, comandadas pelo Capitão Paiva Couceiro. A ideia era cercar a Rotunda a partir do cimo da Avenida e do alto da Penitenciária.

---

<sup>24</sup> Fernando Amaro Monteiro, *ob. cit.*

Contudo, o desenlace deste primeiro confronto marcou o início da reviravolta da situação a favor dos insurrectos. As forças que do Rossio subiram a Avenida foram atacadas à bomba por carbonários posicionados ao longo do percurso e recebidas por fogo de artilharia das peças instaladas na Rotunda. Enquanto isso, Paiva Couceiro, que estabeleceu posição junto à quinta do Seabra, no alto da Penitenciária, apercebeu-se que as suas forças ficaram na encruzilhada do fogo dos artilheiros da Rotunda e do Regimento de Artilharia 1, de Campolide. Da posição fez 138 tiros sobre a Rotunda e o Quartel de Campolide, mas não pôde avançar contra as posições inimigas por falta de infantaria. Disso dá conta ao Quartel-general, a quem pede tropas, recebendo como resposta que abandonasse a posição e se dirigisse para o Rossio, para fazer face ao iminente desembarque de marinheiros no cais! Eram 16h30 do dia 4 de Outubro e este momento, marcado pela conduta contraditória no lado monárquico, faz pender a «batalha» para a causa republicana. As forças reais concentram-se no Rossio onde soldados esfomeados deambulavam desenquadrados à espera de ordens.

Entretanto, a maioria dos membros do Governo, alarmados com o tiroteio na Rotunda, deslocou-se de S. Sebastião da Pedreira para o QG da 1.<sup>a</sup> Divisão, onde se decidiu o confronto.

Por essa altura, os Segundo-Tenente Mendes Cabeçadas e Tito de Morais tomaram o controlo dos cruzadores «Adamastor» e «S. Rafael», respectivamente, em favor dos republicanos. Afecto à Monarquia permanecia o navio-almirante «D. Carlos» e o resto da esquadra naval, o que significava um certo equilíbrio de forças no mar entre os dois contendores. A situação rapidamente evoluiu a favor dos republicanos.

Um segundo momento ocorreu com a revolta dos marinheiros do navio «D. Carlos», instigados pelo Segundo-Tenente Carlos da Maia, que tomou o seu controlo, situação que deu aos revoltosos o domínio do Tejo e permitiu o bombardeamento das Necessidades, na tarde do dia 4, levando Teixeira de Sousa a aconselhar D. Manuel II a abandonar Lisboa!<sup>25</sup> Então, animados com o rumo dos acontecimentos, numerosos civis e soldados dirigiram-se para a Rotunda, juntando esforços ao contingente de Machado Santos, de tal forma que, às 20h, já aí se encontravam cerca de 500 civis e 500 militares<sup>26</sup>.

O golpe final seria dado contra as forças posicionadas no Rossio: 1) os vasos de guerra, amotinados e posicionados no Tejo, orientaram as peças para essa área; 2) centenas de marinheiros ameaçavam desembarcarem no Terreiro do Paço; 3) carbonários dispunham-se a

---

<sup>25</sup> Nesse dia, o rei foi para Mafra e daí para a Ericeira, embarcando no dia seguinte para o exílio na Inglaterra.

<sup>26</sup> Machado Santos, *ob. cit.*

tomar os arsenais do Exército e da Marinha; 4) a população republicana dispôs-se pelas ruas confluentes ao Quartel-General da 1.<sup>a</sup> Divisão, dificultando as operações militares de Rafael Gorjão; 4) do alto da Rotunda, Machado Santos concentra também nessa zona o fogo da Artilharia.

As tropas leais à Monarquia apresentavam-se cercadas, no maior desnorte e em vias de abandonar a luta, não obstante terem à disposição cerca de 8.000 soldados contra menos de metade de homens armados que os republicanos tinham na rua. Mas o General Gorjão, com dificuldades em impor-se, perdeu o controlo da situação. De facto, os comandantes do Regimento de Infantaria 5 e do Batalhão de Caçadores 5, posicionados no Rossio, recusam disparar sobre os marinheiros caso desembarcassem no Terreiro do Paço. Os efectivos de Infantaria 1, de Caçadores 2 e um Esquadrão de Cavalaria, instalados nas Necessidades, não manobram no sentido de impedir que as forças da Rotunda flagelassem continuamente o Rossio, como lhes foi ordenado. Em desespero de causa, o comandante da Divisão solicitou o reforço a unidades da província, que não se verificou, acontecendo até casos como o do Regimento de Artilharia 3, de Santarém, que se deslocou para Lisboa, mas desistiu de prosseguir na Póvoa<sup>27</sup>.

E, assim, o que se constatou foi a insipiência da reacção das forças monárquicas: 1) no Terreiro do Paço temiam marinheiros que nunca apareceram; 2) nas Necessidades ficaram estáticos; 3) no Rossio, no meio da confusão, esconderam-se da metralha inimiga; 4) no Carmo a preocupação do comando passou a residir numa rendição airosa. Assim, como refere Pulido Valente, “*de qualquer descrição do 5 de Outubro, um ponto ressalta claramente: a relutância do Exército em lutar*”<sup>28</sup>, caracterizado pela inexperiência das tropas e os ‘punhos de renda’ da oficialidade.

O crepúsculo desse dia coincidiu com o das forças afectas ao Regime. A distribuição panfletária pelos civis republicanos informava a população do sucesso da revolta, cabendo às páginas de *A Luta* e a Brito Camacho o veículo publicitário da actuação republicana em todo o processo, onde o incentivo à vitória era o mote. Dessa forma, com o Rossio sitiado, o Palácio Real abandonado, o arsenal do Exército e da Marinha ocupados e a frota naval

---

<sup>27</sup> Ainda na noite do dia 3 de Outubro, o Coronel Castro, Chefe de Estado-Maior da 1.<sup>a</sup> Divisão, prevendo a Revolta, ordenou a mobilização dos Regimento de Artilharia 3 e de Caçadores 6, de Santarém, e de Infantaria 5 e de Cavalaria 3 e 5, de Tomar: nenhum deles chegou à capital, fosse porque os acessos terrestres eram de difícil transitabilidade ou porque a via-férrea tinha sido danificada pela Carbonária.

<sup>28</sup> Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*

dominada pelos republicanos, poucas soluções restavam aos monárquicos para virar o curso dos acontecimentos.

As resistências residuais estavam na intransigência de Paiva Couceiro e da sua Artilharia, que fez uma última e desesperada tentativa, a partir do Alto do Torel, para desalojar as forças da Rotunda. Ao amanhecer do dia 5 bombardeou-as, até lhe ser dada ordem de retirada para o Rossio por estar em curso um provável armistício. Enquanto isso, contingentes da Guarda Municipal dispersos pela Estrela, Loios e Paulistas foram actuando de forma aguerrida, mas desgarrada. De S. Pedro de Alcântara alguns efectivos desta força militarizada ainda fizeram fogo sobre a Rotunda, retirando para o Carmo depois de receber como «resposta» três tiros de artilharia e ordens nesse sentido feitas pelo Coronel Malaquias de Lemos.

Aconteceu, então, um episódio insólito que poria fim à contenda. Às 8 horas da manhã de 5 de Outubro, o encarregado de negócios da Alemanha pede um armistício de uma hora aos contendores, para retirar os seus compatriotas das áreas de conflito. Machado Santos não aceita; ao invés, numa clara atitude de fragilidade, o General Gorjão anui! O diplomata alemão seguiu, então, pela Avenida acima, acompanhado por um oficial de Cavalaria empunhando uma bandeira branca, para se encontrar com Machado Santos. Foi nesse trajecto que uma vaga de civis, julgando tratar-se da rendição definitiva das forças monárquicas, correu para a Avenida, saudando os revoltosos e inviabilizando a continuação da luta.

Machado Santos recebe a rendição, no Rossio, apresentada pelo General Rafael Gorjão.

Em face do sucedido, as unidades militares e da Guarda Municipal depuseram as armas. Nesse mesmo dia, os políticos republicanos proclamaram, na Câmara Municipal, a instauração da República em Lisboa, cuja difusão ao «resto» do País foi feita por telégrafo. Estava consumado o triunfo do republicanismo carbonário em Portugal.

### ***Ipsa Facto***

*“Ao cabo de longos e porfiados esforços, os monárquicos acabam de implantar a República em Portugal”.*

Eduardo Schwalbach, Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro

Acompanhámos, de forma objectiva e descritiva, «como caiu a Monarquia em Portugal» nesse Outono de 1910. Importa agora analisar «porque caiu a Monarquia».

Como vimos, a «batalha» de Lisboa foi ganha pelos republicanos através da acção bombista da Carbonária, do fogo de artilharia da Rotunda e de Campolide, da ameaça dos

cruzadores fundeados no Tejo e da movimentação dos marinheiros de Alcântara. A insurreição armada de 1910 foi, portanto, «obra» da Carbonária e de marinheiros.

Por contraponto à determinação demonstrada por estes grupos, o corpo de oficiais do Exército pautou-se pela inacção. De facto, o desenlace só foi possível porque a quase totalidade dos oficiais da Marinha e, principalmente, do Exército se demitiu de combater as forças republicanas (ou de as apoiar), remetendo-se a uma passividade expectante. Razões assentes na descrença pelo Governo do Reino, o repúdio às lutas político-partidárias entre monárquicos e republicanos, focos de tensão corporativos e a questão «africanista».

E, assim, num ambiente de confronto anárquico, a reacção das forças governamentais foi ténue e restringida a alguns oficiais monárquicos irreductíveis, lastimando-se o chefe do Governo que “*a Monarquia caiu porque (...) não teve quem a defendesse*”, acusando os oficiais de ignorarem os juramentos de fidelidade à Monarquia, que se abstiveram de combater, fazendo idêntica acusação aos próprios oficiais da Casa Militar do Rei<sup>29</sup>.

No entanto, qual paradoxo, as Forças Armadas não fizeram o 5 de Outubro mas a ruptura da ordem política” foi-lhes imputada pelos líderes republicanos, como é possível verificar através da exaltação proferida por Teófilo Braga logo a 5 de Outubro:

“*O Governo Provisório da República saúda as forças de terra e mar que com o povo instituíram a República para felicidade da Pátria*”.

É perceptível que ao regime republicano interessava eliminar o cunho carbonário, incluir a vontade do povo e apresentar um cariz institucional de todo o “processo revolucionário” ocorrido em Lisboa. Quanto aos objectivos, eles restringiram-se à implantação da República, mais uma aspiração do que um programa consolidado<sup>30</sup>, de tal forma que na nova ordem que foram os dezasseis anos de 1ª República, Portugal entrou no “*Reino dos Pronunciamentos*”<sup>31</sup>.

Mas o triunfo republicano merece explicações adicionais. Assentar a vitória republicana numa posição-forte que a Rotunda militarmente não garantia, no uso quase exclusivo de peças de artilharia que por si só não anulam um potencial relativo de combate, inicialmente, da ordem do 10:1 a favor dos monárquicos, no entusiasmo popular que não se verificou, na acção decisiva sempre exagerada de uma carbonária que se queixava de falta de armas e

---

<sup>29</sup> Teixeira de Sousa, *Para a História da Revolução*, Coimbra, Livraria Editora Moura Marques e Paraísos, 1912.

<sup>30</sup> José Hermano Saraiva, *ob. cit.*

<sup>31</sup> Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal, 1910-1926*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

munições, nos bombardeamentos *ad-hoc* efectuados a partir do Tejo pelos vasos de guerra amotinados ou nos marinheiros de Alcântara sempre receosos das limpezas de área que a Guarda Municipal realizava é uma engano.

Machado Santos, Afonso Palla, e Sá Cardoso entrincheiram-se na Rotunda enquanto local de refúgio temporário, sem terem atingido um único objectivo operacional. Além do mais, não se ganham combates de rua colocando forças estáticas atrás de taipais. Até porque os marinheiros permaneceram estáticos quase até ao fim, no Quartel de Alcântara, numa altura em que se toma conhecimento do assassinio de Miguel Bombarda e no suicídio de Cândido dos Reis, instalando-se o desânimo.

Há razões que devem ser analisadas, principalmente, do lado monárquico e nos seus protagonistas, que pautaram maioritariamente a sua conduta pela incompetência, a inacção, a defecção e a traição.

Comecemos pelo chefe do Governo da Monarquia, Teixeira de Sousa. Liberal, próximo dos monárquicos dissidentes e amigo pessoal de republicanos tão influentes como Afonso Costa, Bernardino Machado e Brito Camacho, dificilmente o campo monárquico arranjará um líder político mais adequado para criar condições em favor da causa republicana. Presente no jantar de Belém e com a insurreição na rua (ultimada entre os republicanos, nessa noite de 3 Outubro, na casa do amigo Brito Camacho), Teixeira de Sousa informou os comandantes da Guarda Municipal e da Guarda Real da ocorrência e «despachou-os» sem instruções. Depois, motivou o Rei a resguardar-se no Palácio de Belém, para onde foi sem conselheiros e com um número considerável de soldados que o «velavam». Ou seja, colocou o monarca à margem de qualquer interferência, directa ou indirecta, nos acontecimentos. Tomadas estas providências, o Presidente do Conselho «agarrou» nos ministros e recolheu com eles a sua casa, à espera de que a acção fluísse. Junto aos portões da residência ficou uma força militar a garantir segurança. Ao fim da manhã do dia 4, e atendendo que os combates se desenrolavam nas imediações de sua casa, resolveu «apresentar-se» no Rossio, onde permanecia um General Gorjão carregado de indecisões e de contradições, numa «área de operações» que começava a ser pequena para permitir acampamento a tanta tropa ... inactiva. Teixeira de Sousa é chefe do governo e as suas opiniões são para levar em linha de conta. É dele a ideia de retirar D. Manuel II do Palácio das Necessidades e de o colocar fora da capital quando são disparadas as primeiras granadas a partir das embarcações do Tejo. Enviar o Rei para Mafra, numa altura em que nada estava militarmente decidido, serviu para colar uma imagem de derrota nos monárquicos que lutavam pela causa e de ânimo no campo contrário. O abandono de um comandante-chefe de um campo de batalha sempre foi sinal inequívoco de derrota em

qualquer época histórica. Mas é sabido que D. Manuel II se retirou contrariado, lastimando não se poder apresentar pessoalmente aos homens que lutavam pela Monarquia que ele representava.

Despeitado, é um Teixeira de Sousa que escreve posteriormente:

*“O oportunismo de uns, a fraqueza de muitos, a duplicidade de bastantes, a incapacidade e a indiferença da maior parte, fizeram com que a revolução triunfasse”<sup>32</sup>.*

Relativamente ao comando da 1.<sup>a</sup> Divisão e, particularmente, ao General Gorjão Henriques, o menos que se pode aferir é que o principal responsável pela defesa militar da Monarquia falhou em toda a linha, parecendo que tomava decisões à medida das necessidades republicanas: expediu ordens contraditórias, definiu objectivos de prioridade duvidosa, permitiu o desânimo nos oficiais que comandava, provocou a ira de operacionais decididos como Alfredo Albuquerque e Paiva Couceiro e deixou que se instalasse a prostração nos soldados. Colocou quase toda a tropa no Rossio com a aparente ideia de sustentar o centro da cidade e, partir daí, poder enviar ofensivas limitadas onde a ameaça republicana se manifestasse. No fundo, remetido à defesa num espaço exíguo passível de ser cercado a partir do Terreiro do Paço/Cais das Colunas e da Avenida, o General Gorjão mostrou os seus anseios e receios desde as primeiras horas do dia 4 de Outubro! O que é espantoso num General com uma notável folha de serviços nas campanhas ultramarinas e que tinha ao dispor cerca de 8.000 soldados para fazer face a alguma de centenas de insurrectos (militares e civis) mal-armados e equipados e deficientemente enquadrados.

Preocupou-se, inicialmente, em desalojar o inimigo que se instalava na Rotunda, ao invés de tomar de imediato o controlo dos vasos de guerra ancorados no Tejo e submeter o Quartel de Marinheiros, situações que se adivinhavam como potencialmente mais perigosas. Mas mesmo em relação à «conquista» da posição na Rotunda que os republicanos improvisavam com taipais e guarneciam com contingentes de convicção flutuante, as ordens e contra-ordens do Comandante da Divisão são mais que questionáveis. A primeira acção que determina é um ataque montado por forças da Guarda Municipal, decisão que qualquer militar entende como contraproducente. Acometer uma posição inimiga, ainda que fortificada de forma incipiente, mas que tem um considerável poder de fogo, não é tarefa para uma força montada. Naturalmente, o ataque foi rechaçado. Como se não bastasse, as decisões do General

---

<sup>32</sup> Teixeira de Sousa, *ob. cit.*

Rafael Gorjão foram sempre no sentido de anular as acções de um determinado Paiva Couceiro.

Talvez não por acaso, a este herói da gesta africana só foi dado conhecimento da insurreição quando tomava proporções incontroláveis. Mesmo assim, fez o trajecto Cascais-Lisboa a pé, inteirou-se da realidade dos acontecimentos e decidiu-se, sem delongas, a actuar. Mas as suas convicções, a sua argúcia operacional e o carisma de comando esbarraram no preito de lealdade hierárquica de um General atreito a condicionar as suas acções. Entre a manhã e a tarde de 4 de Outubro, Paiva Couceiro posicionou-se com a artilharia de Queluz na área da Penitenciária e submeteu-se a fogo cruzado com a Rotunda e a Artilharia de Campolide. A dada altura, sente que pode assaltar as posições inimigas e pede, para o efeito, contingentes de infantaria. É uma determinação tacticamente coerente. Uma posição defensiva flagela-se com fogo de Artilharia, que preparara condições para um assalto de Infantaria. Mas a resposta do comando do quartel-general não pode ser mais desconcertante: retirar para o Rossio pois está em vias de ocorrer um desembarque de marinheiros no cais e não há forças a disponibilizar para outros locais! Quando Paiva Couceiro vê a situação no Rossio e contacta o General Gorjão a sua pergunta é sintomática: “*V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> não tem soldados?*”.

O mesmo episódio terá um segundo acto na manhã do dia seguinte. De novo Paiva Couceiro se acerca do Tourel e flagela pelo fogo a posição da Rotunda e, mais uma vez, recebe ordem de retirada, desta vez porque está em vista a ocorrência de um armistício! Que razões justificam estas decisões? Respondemos com dois pormenores interessantes. O General António do Carvalho da Silveira Telles de Carvalho, Braço direito e homem de confiança do General Gorjão na 1.<sup>a</sup> Divisão, era a referência operacional enquanto comandante da 4.<sup>a</sup> Brigada de Cavalaria. Acontece que era homem de confiança do Almirante Cândido dos Reis, condicionou quanto pôde a acção militar monárquica e foi complacente com o comandante de Divisão. Foi compensado. Depois da vitória republicana é ao General António de Carvalho que Machado Santos se dirige, designando-o comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão, em substituição do General Rafael Gorjão. General Gorjão que, dois dias depois dos acontecimentos, aderiu à República e era aceite no quadro militar do Regime mantendo incólumes as estrelas e as medalhas. Portanto, os dois mais importantes generais que defendiam a Monarquia foram dos mais convictos «adesivos».

O Coronel Malaquias de Lemos é a terceira personagem que completa a incompetência dos homens fortes do Regime onde assentava a sua defesa. A invisibilidade foi a imagem de marca do «campeão das contra-revoluções». Dispersou e dividiu as forças da Guarda Municipal por Lisboa, tornando-as presa fácil para as acções de flagelação da Carbonária. Foi

dos primeiros a recolher a quartéis (Carmo) quando algumas das suas unidades manobravam para tentarem inverter a situação, ordenando “*entreguem-se também, que eu já me entreguei*”. Para que não houvesse dúvidas, terá mandado colocar um lençol branco no quartel-general do Carmo, não fosse um simples pano passar despercebido. Seja como for, capitulou sem informar Teixeira de Sousa ou Rafael Gorjão. Quando a implantação da República era um facto, Malaquias de Lemos lastimou-se dizendo: “*eu não fui um traidor; fui um fraco. Se houvesse boa direcção do Quartel-general e fossem atendidos os meus pedidos, a revolução teria abortado em menos de duas horas*”<sup>33</sup>.

Três homens ligados ao fim da Monarquia, que procuraram nos anos subsequentes justificarem com os erros dos outros incompetências próprias.

Concluindo, durante a «batalha de Lisboa» as forças de ruptura republicanas não alcançaram nenhum dos objectivos tácticos estipulados: acercar-se do Palácio das Necessidades, atacar militarmente o Rossio, ocupar o Terreiro do Paço. O que não admira, atendendo que não conseguiram o «recrutamento» das principais unidades do Exército, os marinheiros não fizeram um desembarque em força e os operacionais de Machado Santos se remeteram a uma rudimentar posição defensiva na Rotunda. Ainda assim, parafraseando Jaime Regalado, “*a República implantou-se*”, contra uma Monarquia que possuía um potencial relativo de combate muito superior, principalmente ao nível de efectivos, e que “*podia manobrar livremente em quase toda a cidade e ocupar os pontos tacticamente relevantes*”<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> José Lopes Dias, “O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro”, in *separata Estudos de Castelo Branco*, 1965.

<sup>34</sup> Jaime Regalado, *ob. cit.*